Campesinato e "plantation" no Nordeste

Afrânio R. Garcia Jr.
Beatriz M. A. de Heredia
Marie France Garcia

O sistema de *plantation* supõe, para o seu desenvolvimento, o fechamento dos recursos (terra e mão de obra), parecendo portanto excluir a existência de um campensinato livre, isto é, de trabalhadores agrícolas que têm acesso direto à terra, dela extraindo, mediante o trabalho familiar, o produto de sua subsistência. No entanto, como a literatura o assinala e como pudemos observar em pesquisas realizadas anteriormente, sempre existiu um campesinato ligado à *plantation* e a ela subordinado: as transformações da *plantation* nordestina, se por um lado provocaram a proletarização de grande parte dos seus trabalhadores, deram origem ao mesmo tempo, pelo mesmo movimento, ao surgimento de novas gerações camponesas. Porém, a expansão desse campesinato que surgiu nessas condições tem limites que o afetam na sua própria reprodução.

É precisamente esse último ponto que estamos nos propondo estudar. Nesse sentido a forma de acesso à terra e a produção, por um lado, e a circulação dos produtos, por outro, serão os eixos que possibilitarão cobrir o nosso objetivo.

O presente projeto é o resultado de uma reflexão anterior sobre o caso pernambucano; por isso, vamos retraçar, num primeiro momento, como se deu esse processo daquela região para, posteriormente, formular hipóteses sobre as possíveis variações no caso da Paraíba e de Alagoas.

A *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco [1] sofreu nessas últimas décadas transformações importantes que altera-

---

[1] Os trabalhos de Moacir Palmeira na área da *plantation* canavieira desde 1968 (Palmeira, 1971 a e b) assim como os resultados da pesquisa desenvolvida por Lygia Sigaud (Sigaud, 1971) foram o ponto de partida

ram as relações sociais, que tradicionalmente ligavam trabalhadores e grandes proprietários, relações estas que se caracterizavam como personalizadas (Wolf e Mintz, 1957; Palmeira, 1976).

Um dos elementos constitutivos da relação social tradicional proprietário/trabalhador (*morador*), ou seja a *relação de morada* (Palmeira, 1976), era a atribuição de uma casa e um lote de terra (*roçado-sítio*), [2] onde o *morador* junto com os membros de sua família realizavam cultivos que asseguravam parte do necessário a sua subsistência.

Tradicionalmente os *moradores* de *engenho* eram abastecidos pelo proprietário, através de produtos adquiridos nos barracões. [3] No limite da Zona da Mata com o Agreste (região de policultura complementar à área canavieira) existiam feiras frequentadas basicamente por *senhores de engenho* para o abastecimento dos *barracões*. Com as lutas sociais dos anos 50 e início dos anos 60, desencadeia-se a expulsão dos *moradores* dos *engenhos*, processo que se acelera com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1965) (Sigaud, 1977).

Com consequência dos *direitos* (legislação trabalhista acima mencionada) e o salário, tanto os trabalhadores expulsos, que passam a morar nas *pontas de uma rua*, quanto os trabalhadores que ficam dentro das propriedades, passam a adquirir os bens necessários à sua reprodução através de trocas mercantis, e basicamente através de feiras, e assim as feiras da Zona da Mata começam a crescer em importância (Palmeira, 1971b).

Mas uma das condições de possibilidade deste processo é que haja expansão da produção dos bens consumidos pelos trabalhadores, favorecendo dessa forma o campesinato da região e das regiões contíguas que passou a abastecer regularmente a Zona da Mata através das feiras ali existentes.

A *plantation* do velho tipo (Wolf e Mintz, 1957) se caracterizou como já foi mencionado pela imobilização de recursos. Quando a *plantation* se desenvolveu em regiões nas quais a expansão territo-

---

de um conjunto de pesquisas entre as quais se situam as nossas, sobre os pequenos produtores (Garcia Jr., 1975; Heredia, 1977) e sobre *feira de usina* (Garcia, 1977).

2 *Roçado* designa a parcela de terra concebida tradicionalmente pelo *senhor de engenho* ou *usineiro* ao *morador* que ali cultiva produtos denominados de subsistência. O *sítio* se distingue do *roçado* mas do que pelo tamanho da parcela concebida, pela possibilidade de ter cultivos de ciclo longo, principalmente árvores frutíferas, possibilidade esta que demonstra uma ligação mais duradoura com o proprietário.

3 Uma pesquisa sobre *barracões* está sendo realizada pelo Professor Moacir Palmeira.

rial era possível, e tal é o caso aqui tratado, essa necessidade de monopolizar recursos foi fundamental como maneira de impossibilitar o desenvolvimento de outras alternativas econômicas. Velho (1976) analisa a importância da condição de fechamento ao nível político da fronteira agrícola para o estabelecimento e reprodução das formas de trabalho forçado, específicas às grandes plantações.

No entanto, nas áreas marginais à *plantation*, dentro de seus limites ou nas suas imediações, nas áreas consideradas inaptas para o cultivo dominante, se constituiu um campesinato "livre". Na realidade, desde a sua emergência e como condição necessária ao seu estabelecimento, este campesinato era subordinado à *plantation*. Cabia-lhe tanto abastecer a *plantation* no que se refere aos produtos para o consumo interno dos trabalhadores a ela ligados, como se constituía em uma mão de obra disponível segundo as exigências da *plantation*. Neste sentido, era de grande interesse para a própria *plantation* a existência de pequenos produtores (Steward, 1959; Correia de Andrade, 1964; Riegelhaupt e Forman, 1970).

A decadência dos engenhos frente à expansão das usinas levou muitos *senhores de engenho* a partilharem suas propriedades ou a abandonarem-nas favorecendo assim o surgimento de um campesinato. De outra parte, o contingente desse campesinato é engrossado pelas transformações recentes que levaram à expulsão dos trabalhadores, já que alguns dos trabalhadores despedidos foram indenizados com terra.[4]

Em suma, podemos afirmar que tanto a proletarização dos trabalhadores da *plantation* como a emergência desse campesinato e seu crescimento são resultados do mesmo processo. Tanto os trabalhadores residentes nas propriedades, quanto os trabalhadores expulsos através do salário aumentam a demanda de bens que são produzidos por esse campesinato.

É necessário assinalar que essa liberação de terras que possibilitou o estabelecimento de um "neocampesinato" na área, foi um fenômeno limitado a um certo período e que teve lugar como consequência de situações conjunturais que não perduraram.

O processo de expansão desse campesinato é limitado por diferentes razões. Como consequência da expansão, os antigos *moradores* para garantirem a subsistência de seu grupo doméstico estão interessados no arrendamento e mesmo na compra de lotes onde possam botar *roçado*, sendo concorrentes assim dos pequenos pro-

---

[4] É necessário assinalar que embora esse processo tenha se dado, num segundo momento os grandes proprietários intentaram se apropriar dessas terras (Palmeira, 1977; Camargo, 1973).

dutores. Essa maior demanda por terras eleva os preços das mesmas limitando a escala da própria produção dos trabalhadores. Por outro lado, a partir de então, o acesso à terra se faz sobretudo através de arrendamentos. Estes, diferentemente dos antigos *aforamentos* se realizam mediante contratos a curto prazo, previamente estabelecidos e que geralmente não dão ao beneficiário a possibilidade de residência dentro da terra arrendada.

Esta situação é vivida pelos pequenos produtores como uma ameaça para sua própria reprodução enquanto grupo social. Esta ameaça que existe já faz algum tempo, atualmente é vivida também em outras dimensões, sendo que o campesinato por nós estudado se encontra ameaçado não só pela plantação canavieira (Heredia, 1977) como pela expansão de pasto plantado para criação bovina na região limite com o Agreste (Garcia Jr, 1975). Mesmo os grupos domésticos que conseguiram se tornar pequenos produtores nessa geração, nem sempre conseguirão se reproduzir enquanto tais, na geração seguinte.

Essa situação de ameaça se reflete na estrutura interna desse campesinato. Nas pesquisas anteriores (Garcia Jr., 1975; Heredia, 1977) foi mostrado que o elemento central do cálculo econômico do campesinato ligado *à plantation* se orienta no sentido da obtenção dos meios necessários para abastecer o consumo das unidades produtoras.[5] O predomínio no *roçado* de cultivo que pode ser objeto de auto-consumo ou de venda é o que permite ao pequeno produtor se premunir frente a flutuação de preço, situação essa que escapa ao seu controle. É precisamente o caráter de alternatividade que tem esses produtores que explica que eles sejam escolhidos para o seu cultivo, embora podendo coexistir, como de fato acontece, com cultivos destinados exclusivamente à venda. Embora, ainda no caso dos cultivos que têm esse caráter de alternatividade, também se coloque o problema da flutuação de preço, existe no entanto a possibilidade de optar pelo seu consumo em vez de realizar uma venda a preço não compensatório. Esse cálculo se apresenta como resposta à situação de ameaça à reprodução da condição camponesa. Nessa mesma direção, e em forma complementar ao *roçado,* a existência de gado se torna um elemento de relevância fundamental como acumulação. Ele possibilita acrescentar a renda da unidade produtora, seja através da compra de terra, seja assegurando a reprodução dos ciclos agrícolas futuros.

---

[5] Nessa direção, foi analisada a sua organização interna. A divisão do trabalho familiar, o lugar de cada membro dentro do grupo doméstico e portanto a sua participação na produção e no consumo, segundo sexo e idade.

A feira, conforme foi mostrado, seria um meio que permite aos pequenos produtores lutar contra a ameaça de expropriação a que estão submetidos (Palmeiras, 1971 b; Garcia, 1977). A atividade de compra e venda, o *negócio,* nessas feiras da Zona da Mata permite a esse campesinato obter uma renda complementar ao *roçado* e se reproduzir enquanto pequeno produtor, já que a terra de que dispõe é insuficiente para a produção necessária à subsistência do grupo doméstico. No entanto, é de notar que essa estratégia de sobrevivência não é exclusiva aos pequenos produtores: ela também é compartilhada pelos trabalhadores residentes nas propriedades e pelos trabalhadores expulsos.

Tradicionalmente os grandes proprietários se colocavam como mediadores entre seus *moradores* e o mundo econômico, através de um mecanismo de redistribuição (Polanyi, 1957) que se concretizava na existência de *barracões.* Estes armazéns, situados dentro dos *engenhos,* abasteciam os *moradores,* mas às custas de um endividamento constante, que reproduzia sua relação de subordinação. O crescimento das feiras livres na Zona da Mata, representou como contrapartida uma quebra das relações personalizadas e uma consequente autonomização dos trabalhadores.

O crescimento das feiras livres na Zona da Mata não pode ser confundido com o aparecimento de feiras situadas nas propriedades (*feira de usina*). Essas feiras, já existentes, não parecem representar uma penetração do sistema mercantil em vigor fora das plantações, mas sim um acréscimo de poder e de influência sobre os trabalhadores residentes nas propriedades (Garcia, 1977). Aqui é importante ressaltar que a própria praça de mercado, pela sua localização, fica sob domínio do proprietário, e que isto leva a uma redefinição das trocas mercantis que ali se desenvolvem. Ou seja não basta identificar relações mercantis para definir trocas econômicas. É preciso examinar a estrutura social na qual essas trocas se realizam para poder definir a natureza dessas transações (Polanyi, 1957).

O acesso à terra por parte dos trabalhadores não só significou o controle do processo de trabalho nela realizado, como também e fundamentalmente o controle da venda de seus produtos, fato esse que no ano passado era do domínio do proprietário. O controle da venda dos produtos, fundamentalmente feito nas feiras, é um mecanismo de que lança mão o campesinato para assegurar a sua reprodução. É necessário assinalar que embora a feira seja de composição predominantemente camponesa, nela também participam grupos não camponeses. Por essa dupla razão se impõe um estudo específico sobre as feiras.

Como consequência das pesquisas realizadas em Pernambuco, colocamo-nos a necessidade de estender as nossas investigações na região canavieira de Paraíba e Alagoas. Como início de realização dessa tarefa, efetuamos um primeiro trabalho de campo. Nosso interesse fundamental é, a partir do modelo elaborado para o caso pernambucano, estudar as variações assim como as invariantes encontradas nessas áreas, com o objetivo de construir um modelo que permita compreender a situação do campesinato ligado à *plantation* açucareira. É a partir deste estudo que poderemos reavaliar o caso pernambucano.

O brejo da Paraíba, área sob o domínio dos senhores de engenho e de grandes proprietários de fazendas de gado e algodão no passado, tanto ao nível econômico como ao nível político, como retraça a literatura (Almeida: 1958; Velho, 1976), apresenta hoje uma massa de pequenos proprietários e pequenos arrendatários que marca singularmente a própria paisagem. Não só por um adensamento de casas de aspecto razoável, que não se vê nas áreas de cana e de fazendas de gado, mas também no grande número de cidades e povoados que se sucedem com poucos quilômetros de diferença, e cuja grande maioria dos habitantes é constituída de agricultores.

Cabe ressaltar que nos dias atuais pode-se aí constatar dois movimentos relevantes e contraditórios estudados em Pernambuco anteriormente: por um lado a concorrência das usinas de açúcar com engenhos por terras, levando à decadência dos engenhos que em alguns casos chegam a ser partilhados e vendidos mesmo a ex-moradores que se tornam assim pequenos proprietários; de outro lado a formação de pastos dentro das grandes fazendas, para criação de gado, que elimina com terras essenciais aos *roçados* de pequenos proprietários e de pequenos arrendatários. Este último movimento, como em Pernambuco, não parece ter mais de 15 anos, e também está ligado à facilidade de crédito de agências oficiais (SUDENE, Banco do Brasil, etc.) e à vontade dos grandes proprietários de diminuírem o número de moradores em suas propriedades, visto que os moradores passaram a ter direito a indenização quando são mandados embora da propriedade. A expansão dos pastos plantados realiza as bases reais do processo de expropriação de antigos moradores, e se pode notar que mesmo antigos senhores de engenho disto fazem uso para continuarem existindo como grandes proprietários, sendo portanto um processo que atinge tanto a área antigamente dominada pelas fazendas de gado e algodão (o *agreste*) como pelos antigos engenhos (o *brejo*). Diferentemente de Pernambuco, contudo, a expansão das usinas é fato bem recente, e se a implantação de usinas data dos anos 20, só de 70 para cá iniciaram um

grande movimento de expansão não só da parte industrial como de terras compradas a antigos senhores de engenho para plantio de cana própria. Importante notar também que a categoria *engenho* designa apenas propriedades que têm instalações apropriadas para moer cana, e dedicados ao fabrico de rapadura e aguardente, à diferença de hoje em Pernambuco onde designa unidade produtiva e cana-de-açúcar, mas provavelmente como era utilizada também aí no passado. Os *engenhos* da Paraíba têm sempre plantio de cana, mas a cana nunca se constituiu no único produto comercial ali cultivado. Ao contrário, o café do final do século até os anos, 20 e o agave de 40 a 53, é que foram as lavouras responsáveis pelos momentos de maior prosperidade dos senhores de engenho, e o fabrico de rapadura e aguardente tinha o papel complementar nas fases prósperas e de solução precária quando única lavoura nas fases difíceis. A decadência dos senhores de engenho não se prende assim apenas à concorrência com as usinas, mas é fato que lhe é anterior, e onde a tentativa de vários produtos agrícolas diferentes da cana foi fato corriqueiro (a explicação do tipo "monocultura de cana" não constitui qualquer hipótese plausível).

A expansão deste campesinato se articula menos com o movimento de proletarização dos trabalhos de engenhos, ou das grandes propriedades locais, que com a proletarização que resulta do deslocamento destes contingentes para as cidades do Sudeste do país, Rio e São Paulo sobretudo.

Efetivamente, as formas de trabalho forçado que caracterizam a relação *morador*-patrão (as que são especificadas pela *sujeição* e uma relação personalizada), não foram eliminadas dentro dos *engenhos*. As lutas que tiveram lugar na Paraíba se deram fundamentalmente com os trabalhadores que tinham mais autonomia em termos do processo de trabalho (*meeiros* e *rendeiros*). No entanto, essas lutas implicaram só na aplicação do direito de indenização mas não na eliminação da *sujeição*. A maneira de escapar a essa dominação foi a ida para o *sul* com o objetivo de acumular recursos que possibilitem a compra de terras na volta. É assim, que a formação de um campesinato no caso da Paraíba se viu favorecida pelo deslocamento para o *sul* (Rio e São Paulo).

A expulsão dos trabalhadores da grande plantação canavieira para as cidades do Brejo não veio acompanhada, como em Pernambuco na década de 60, de uma alta dos níveis salariais que possibilitasse uma demanda em larga escala dos bens de subsistência cultivados pelos pequenos produtores, mas ao contrário foi acompanhada de uma pauperização ainda mais acentuada das condições de

vida daqueles trabalhadores. Assim a alternativa à sujeição local, em particular nas áreas de engenho, é e parece ter sido desde os anos 30, *desabar para o Sul,* como designam ir trabalhar em construção civil e fábricas no Rio e em São Paulo. Estes deslocamentos parecem ter contribuído significativamente para a decadência dos senhores de engenho, pois criaram canais permanentes que possibilitam drenagem da força de trabalho até então submetida à grande plantação, e forçar num certo sentido, a alta dos níveis de remuneração em vigor e abalar as práticas de dominação imperantes. Quanto aos pequenos proprietários e pequenos arrendatários, a existência de canais permanentes para Rio e São Paulo também significou a prática constante de deslocamentos para o *Sul,* tanto para equilibrar uma crise temporária na agricultura (ano ruim de lavoura), quanto para contrarrestar a tendência ao fracionamento do patrimônio familiar, quando parte dos filhos torna-se proletária nas cidades do Sudeste, enquanto aqueles que ficam podem repartir o patrimônio dos pais em bases menos ameaçadoras. Estes deslocamentos serviram também, em muitos casos observados, para acumular recursos suficientes para se estabelecer como pequeno proprietário ou pequeno arrendatário. Como significativas variações do caso pernambucano cabe ressaltar o papel inverso do *negócio* e o largo uso de trabalhadores pagos por dia no *roçado.* Quanto ao primeiro ponto, o *negócio* não é uma forma de paliar a insuficiência de terras para *roçado,* sendo sobretudo utilizado pelos pequenos produtores de menores posses, para fugir ao *alugado* (caso pernambucano); mas uma atividade normal dos pequenos produtores, que permite mesmo financiar o trabalho de roçado, sendo sobretudo utilizado pelos maiores entre os pequenos produtores e dele estando excluídos os que têm que obter pelo *alugado* o necessário à subsistência do grupo doméstico (para análise dos variados tipos de *negócio* e as condições de realização ver Garcia, 1977). Quanto ao segundo ponto nota-se que o uso de trabalhador pago por dia no *roçado* dos pequenos produtores, os *operários,* é mesmo mais frequente que o uso da força de trabalho do grupo doméstico, sendo que estes trabalhadores podem ser tanto pequenos proprietários de menor patrimônio quanto aqueles ex-moradores atualmente residindo nas grandes cidades. A utilização apenas da força de trabalho do grupo doméstico é particular aos menores entre os pequenos produtores, que complementam em geral o produto do *roçado* com o *alugado* para atingir a subsistência familiar. Assim o processo antes esboçado parece vir também acompanhado de uma diferenciação interna aos pequenos produtores, e mesmo da constituição de um proletariado

rural submetido aos pequenos produtores, cuja reprodução em escala ampliada ou limitada se constitui numa das questões fundamentais da presente pesquisa. A limitação da diferenciação aparece na forma mais clássica apontada pela literatura (Galeski: 1972): de um lado os mais ricos não conseguem acumular recursos suficientes para poder realizar todo o tempo e continuamente apenas força de trabalho paga, e portanto tem sempre que lançar mão da auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico. De outro lado os mais pobres preferem se deslocar para o *Sul* e lá se tornarem *empregados*, o que representa continuidade de serviços realizados durante o ano e maior remuneração, do que viverem localmente de *alugado*. Estes deslocamentos dos mais pobres pode vir acompanhado de venda das terras possuídas que permite aos mais estabelecidos contrarrestar a tendência ao fracionamento do patrimônio familiar (Garcia Jr., 1978).[6] No caso de Alagoas, tradicionalmente a cana era cultivada nos vales úmidos que se situam fundamentalmente na região norte do Estado. Foi nesta área que se concentraram as usinas que começaram a surgir já no fim do século passado. E foi a instalação delas que provocou a decadência dos antigos *engenhos*.[7] Se no decorrer do tempo a cana foi estendendo os seus domínios, é só em período muito recente que a mesma teve um crescimento abrupto. Foi no final da década de 50, que foram incorporadas para cana terras que tradicionalmente tinham sido consideradas improdutivas. Estamos nos referindo especificamente à região dos tabuleiros que predominam no sul do Estado. A partir do desmatamento e com incorporação de fertilizantes químicos, essas terras de tabuleiros constituíram-se na área mais cobiçada por usineiros e senhores de engenho. Pouco a pouco, mas num movimento progressivo, as escassas *usinas* estabelecidas há tempo na região sul, começaram não só a utilizar os tabuleiros que eram parte das suas propriedades, como também aumentaram as suas extensões de terra através de compra. Ao mesmo tempo, proprietários de *usinas* do norte do Estado, assim também como alguns proprietários de *usinas* de Pernambuco, passaram a comprar terra na região. A política de incentivos através do Instituto do Açúcar e do Álcool, e do Banco do Brasil, que se implementou a partir dos anos 70 veio coroar esse processo com a chamada "modernização" (mecanização) que ocorreu tanto na parte agrícola como na parte industrial. Essa expansão manifesta-se no

---

6 Esse trabalho será apresentado como parte do relatório da pesquisa Mercado de Terras e Campesinato da Fundação Ford.

7 O vocábulo engenho se aproxima do uso pernambucano e não do paraibano.

número de usinas que ali se instalaram desde então. De três que existiam antigamente, passou-se ao número de nove.[8]

São fundamentalmente as usinas as responsáveis por essa expansão. É claro que alguns engenhos aumentaram as suas terras, e consequentemente o cultivo de cana, mas esse processo nunca alcançou a mesma dimensão, pois nem todos os senhores de engenho estavam em condição de realizar esse empreendimento. Por essa razão, a distância já existente entre proprietários de engenhos e usineiros em termos de poder econômico acentuou-se, tornando-se uma área de conflito entre eles. É assim que alguns proprietários de engenho se vêem ameaçados na sua reprodução, vivendo a expansão da cana, e consequentemente das usinas como altamente problemáticas.

Outra área de conflito entre usineiro e proprietário de engenho, fenômeno embora não recente, mas que está se tornando mais agudo com a expansão, é o que se refere à concorrência pela força de trabalho. Essa concorrência leva a um aumento dos salários pagos aos trabalhadores daquela região, assim como à sua fixação dentro da propriedade.

É interessante notar que esse aumento de salário contribui para que um grande número de trabalhadores da região canavieira pernambucana se deslocasse para aquela região. Com relação ao segundo ponto, vale ressaltar que os proprietários do sul alagoano, encontram-se no momento atual construindo casas, como maneira de incorporar trabalhadores nas suas propriedades. No entanto, se esse fato aparentemente se distancia do que acontece em Pernambuco e na Paraíba, esses trabalhadores assim estabelecidos não poderiam ser considerados como *moradores* tais como existiam na *plantation* tradicional. Os trabalhadores fixados nas propriedades só recebem a casa, mas não uma parcela onde poderiam realizar cultivos. Mas, essa expropriação não só se referiria ao corte dos *roçados* e *sítios* de que dispunham no passado, mas também a relação com os proprietários pareceria ter mudado, reduzindo-se ela a uma relação salarial. Nosso objetivo é estudar esse processo para apreender a sua especificidade. Essa concorrência entre *engenho* e usina se expressa tanto em termos de terra quanto de mão de obra. Como aconteceu em Pernambuco, essa disputa pode favorecer a liberação de terras provocando assim a emergência de um campesinato. Al-

---

8 A produção passou de 1.768.203 sacos de açúcar na safra de 1950, a 5.087.743 na safra de 1961, até alcançar no ano de 1976 a uma produção de 18.000.000 sacos (Relatório da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas).

guns *engenhos* não suportando essa concorrência, e preferindo não vender as usinas, optam pelo abandono da terra em favor dos moradores ou dos *foreiros*, como no caso de Pernambuco. É pensando nisso que nos interessa a análise das relações entre grandes proprietários.

Mas, o movimento dominante no presente é a expropriação do campesinato e a sua transformação em campesinato submetido. Se por um lado, na região norte, já tem surgido um campesinato ligado à decadência dos antigos engenhos, na região sul, a expansão recente da cana foi feita às custas dos pequenos produtores até então ali estabelecidos. As áreas contíguas aos tabuleiros estavam ocupadas fundamentalmente por posseiros. Os pequenos proprietários e meeiros estavam instalados na região litorânea, como também no limite com o agreste. Esses pequenos produtores foram em grande parte expropriados pelos grandes proprietários que se instalaram no local.

No caso dos pequenos proprietários o mecanismo utilizado foi a compra. No caso das terras que pertenciam ao Estado, e que eram ocupadas por posseiros, se deu o seguinte artifício: quando da morte do posseiro chefe de família, a terra era tradicionalmente fragmentada em tantas posses quantos fossem os herdeiros que nela trabalhassem. Os grandes proprietários interessados nelas utilizaram o expediente de oferecer um preço comparativamente alto pela parcela usufruída por um dos herdeiros como maneira de assegurar a venda; mas, como a posse da terra e consequentemente a sua fragmentação não estava registrada, o comprador na realidade demarcava a terra na sua totalidade, e assim, mediante a aparente compra a um dos herdeiros, de um ato único apoderava-se de todas as posses. (Heredia, 1978).

Como resultante desse processo, muitos desses pequenos produtores expropriados passaram a ser trabalhadores fixos nas grandes propriedades, enquanto outros estabeleceram-se nas cidades próximas, circulando como *trabalhadores da rua* entre diversas propriedades. Uma outra alternativa é a migração para a capital do Estado ou para o sul do país (Rio e São Paulo). No entanto essa alternativa em Alagoas não se coloca como tendo o mesmo peso do que em Pernambuco e sobretudo na Paraíba.

Entre aqueles pequenos produtores que ainda se mantêm nas sua explorações, parecem colocar-se duas possibilidades, que, por sua vez, podem constituir-se em indicadores da existência de diferenciação interna desse campesinato. Alguns deles, para se manter, se vêem forçados a complementar as atividades no seu roçado com o trabalho na cana enquanto outros estariam introduzindo o cultivo de

cana nas suas parcelas. Na verdade essa última alternativa não é controlada totalmente pelos pequenos produtores, respondendo mais ao interesse das usinas. Quando a usina não tem interesse na compra de pequenas parcelas, e tem problema para cobrir as suas cotas de produção frente ao I.A.A., ela utiliza o mecanismo de incentivar o cultivo da cana entre os pequenos produtores. A usina prefere contar com maior número de pequenos fornecedores do que com um número maior de grandes fornecedores, na medida em que isto lhe assegura maior poder de manipulação. Isso pode supor, por sua vez, uma subordinação desses pequenos produtores face à usina.

Em termos mais abrangentes, interessa analisar as estratégias internas dos diferentes grupos camponeses ligados à *plantation* açucareira, assim como os seus mecanismos de reprodução.

No caso de Pernambuco vimos que, a partir dos anos 50, umas das estratégias fundamentais ao campesinato para a sua reprodução é a prática de uma atividade mercantil regular, o *negócio*. Os *moradores*, trabalhadores da rua e pequenos proprietários frequentam as feiras da Zona da Mata e encontram ali uma renda complementar ao *salário*, ou a venda dos produtos do roçado quando a terra é insuficiente para reprodução do grupo doméstico.

O caso da Paraíba parece ser diferente. O campesinato que surge da decadência das grandes plantações e o campesinato já existente na parte do Agreste, ambos em processo de ascensão, parecem estar dominando as feiras, excluindo o campesinato mais pobre. Os trabalhadores da cana de açúcar, os pequenos proprietários ou *meeiros*, cuja exploração é tão exígua que são obrigados a vender a sua força de trabalho como diaristas, os *trabalhadores alugados*, não participam da feira enquanto vendedores. Este fato pareceria estar ligado ao caráter que assumiram as lutas sociais ocorridas na Paraíba.

Ali, diferentemente do que aconteceu em Pernambuco, essas lutas não resultaram na aplicação do salário mínimo para o trabalhador rural e nos aumentos de salários consequentes. Esse fato explicaria a ausência desses trabalhadores na feira, na medida em que não disporiam do capital inicial necessário para se introduzir no *negócio*.

Para entender essa exclusão é necessário estabelecer distinção entre diferentes maneiras de vender na feira (Garcia, 1977). Se em Pernambuco existe a possibilidade para qualquer pequeno produtor de *levar* o seu produto para feira, e vender a sua produção ao retalho, na Paraíba, essa possibilidade se encontra cortada (Garcia, 1978 a). As feiras não são feiras de pequenos produtores que realizam somente ou em parte a comercialização dos seus produtos, mas são basicamente feiras de intermediários.

Dessa maneira, as feiras da Paraíba em vez de se tornarem uma alternativa para este campesinato mais pobre, e também para o campesinato totalmente expropriado, possibilitando a obtenção de uma renda mínima para se reproduzir, parecem ao contrário favorecer apenas o campesinato mais bem estabelecido. Graças às suas atividades mercantis, o campesinato mais bem estabelecido pode se reproduzir enquanto tal, como também realizar uma certa acumulação e inclusive submeter o campesinato mais pobre ao *trabalho alugado*.

Neste caso, a feira em vez de constituir um elemento de socialização da pobreza, torna-se um elemento de diferenciação do campesinato, sendo que é através do *negócio* conjugado com outros elementos, que se dá a diferenciação (Garcia, 1978 b).

Essa diferenciação se reflete na participação em diferentes setores que compõem a feira. A feira é um espaço não homogêneo, basicamente dividido em vários setores (Palmeira, 1971 b; Garcia, 1977) de penetração e capital de giro necessário diferente. A trajetória normalmente percorrida pelos vendedores é a entrada num setor menos capitalizado, como por exemplo o setor das frutas ou do mangaio (objetos considerados como de pouco valor), e a passagem para setores mais capitalizados, como o setor do feijão ou dos bens alimentares industrializados (*estivas*).

Se a participação num setor considerado mais pobre da feira permite a reprodução camponesa, a ascenção da feira, ou seja, a participação num setor mais capitalizado, favorece a acumulação. Freqüentes são os casos de compra de terra através dessa trajetória.

No caso de Alagoas, a análise das feiras, na primeira fase de campo foi apenas esboçada, pelo que a composição social da feira deverá ser ainda objeto de estudo. No entanto, pudemos observar o crescimento das feiras livres ligadas à expansão da cana na região sul. Essas feiras se situam em cidades também recentes e habitadas em grande parte por pequenos produtores expropriados e que, uma vez ali instalados, passam a vender sua força de trabalho como trabalhadores da rua, e também por trabalhadores provenientes da região do agreste de Alagoas e de Pernambuco, até mesmo da região canavieira, que chegam atraídos pelo melhor salário.

Nessas cidades também residem antigos moradores expulsos das grandes propriedades; no entanto, seu número é menor porque esse processo não alcançou em Alagoas o mesmo significado que teve em Pernambuco. Pelo contrário, ele aparece apagado por um processo de fixação de mão de obra.

Paralelamente a esse crescimento das feiras livres, constata-se o crescimento das *feiras de usina* (Reigalhaupt e Forman, 1970). Podemos indagar o significado dessa coexistência e das suas implicações. Tomando como base o estudo dessas *feiras de usina* em Pernambuco o qual mostra que a feira não é um espaço neutro (Garcia, 1977), poderíamos pensar que essa tendência do crescimento das feiras de usina representa uma tentativa, por parte dos proprietários, de manter uma relação de dominação. Já a existência das feiras livres representaria uma autonomização maior dos trabalhadores em relação aos grandes proprietários. Coloca-se ainda a necessidade de um estudo específico do lugar que tem a participação na feira, do ponto de vista da estratégia de reprodução do campesinato, ainda existente no sul de Alagoas.

A partir do modelo elaborado para Pernambuco e dos dados já coletados na Paraíba e em Alagoas, assim como levando em consideração a literatura sobre a área, foi possível assinalar recorrências e variações da relação entre um campesinato "livre" (não diretamente submetido à relações específicas a *plantation*) e a *plantation* canavieira, especialmente quando das mudanças que atingem esta última. A proposta deste projeto é o exame mais detido dessas recorrências e variações, tanto pelo aprofundamento de cada caso concreto, como pela análise comparativa dos casos examinados. É por este duplo movimento que nos propomos a repensar o modelo original. É bom lembrar que estamos interessados no estudo tanto do processo em suas determinações mais gerais, como nas formas concretas como é internalizado o respondido por unidades de produção camponesa e que assume nos circuitos de circulação dos produtos a que estão ligados (especialmente as feiras). Cabe assim chamar a atenção para certos aspectos centrais que permitem configurar as hipóteses e os caminhos que deverão ser trabalhados.

Em primeiro lugar é necessário levar em consideração que a coexistência de um campesinato nos limites ou nas brechas da *plantation* com a operação desta forma social específica é fato normal e não excepcional. Mesmo a expansão desse campesinato em fases de decadência das grandes propriedades, com ciclos de concentração e desconcentração, não são fatos inexistentes historicamente, mas não tornam irreversível essa quebra das relações de subordinação específicas à grande exploração canavieira (Predote, 1969). Portanto a interrogação central é como a expansão de um campesinato marginal à *plantation* já existente, associado à passagem de trabalhadores submetidos as relações de dominação próprias a *plantation*, se articula com a quebra dessas relações tradicionais e tornam o

processo irreversível. Sob este aspecto a designação deste grupo de trabalhadores como um "campesinato ameaçado" fornece uma imagem mais pertinente da questão básica, ou seja como a reprodução simples ou ampliada de condições sociais de existência está subordinada aos movimentos da *plantation*. É importante ressaltar que essa é uma característica presente tanto nos grupos observados em que a trajetória é descendente (Garcia Jr., 1975; Heredia, 1977; Heredia, 1978), como naqueles em que a trajetória é ascendente e onde se manifesta claramente uma acumulação de recursos (Garcia, 1977; Garcia Jr., 1978).

Uma das hipóteses para explicar o crescimento e/ou surgimento desse campesinato é a decadência de pelo menos uma fração dos grandes proprietários. Em que consiste concretamente essa decadência, tanto ao nível econômico como em poder político, local, regional e nacional, é um ponto que exigirá exame das histórias das diferentes áreas. No caso de Pernambuco é o próprio processo de modernização da *plantation* açucareira, com o advento das *usinas*, que vai fracionar os grandes proprietários e criar uma acirrada luta entre *usineiros* e *senhores de engenho* (Correa de Andrade, 1964; Palmeira, 1974), luta esta que vai desembocar na liberação de parte dos recursos em poder dos *senhores de engenho*, que permitem o surgimento e ampliação de um campesinato livre. O caso da Paraíba, contudo, ressalta que o processo de decadência dos *senhores de engenho* se dá anteriormente ao crescimento das *usinas* (isto no Brejo e no Agreste do Estado), fato este muito recente. Portanto o surgimento do campesinato associa-se a uma decadência que atinge ao conjunto de grandes proprietários (inclusive os que associavam algodão-gado no Agreste). Por outro lado o fato de ser o processo mais amplo e antigo ajudaria a explicar a maior autonomização desse campesinato, o seu aspecto de campesinato mais bem estabelecido (Lacerdade Melo, 1958), em relação ao campesinato pernambucano. Com relação a Alagoas, a concorrência engenho-usina está em pleno desenrolar, mas num processo em que ambos estão expandindo a sua produção de cana, inclusive sobre terras onde se localizava um campesinato já existente. Ainda seria mera especulação afirmar algo sobre a resultante da concorrência engenho-usina. No entanto, mesmo que apenas por contraste com os outros dois casos, e sobretudo a pernambucana, é fundamental estar atento para com a concorrência entre diferentes frações de grandes proprietários repercute sobre a expropriação de um campesinato já existente, ou a eventual formação de novos grupos (em áreas de engenho que perdem a concorrência).

É importante ressaltar que o campesinato emergente nessas situações históricas apresenta-se com dificuldades de sua reprodução, fato que é comum a todos os casos estudados. Aqui é necessário distinguir reprodução das condições sociais de existência para as unidades domésticas já estabelecidas, da reprodução de novas unidades domésticas a serem formadas pelo casamento dos filhos deste campesinato. Assim poderíamos falar do que há de comum e de diferente em casos polares como no de Alagoas, em que a reprodução da unidade de um ano para outro está em jogo, e no da Paraíba onde há um processo de acumulação e diferenciação, mas onde mesmo aquela fração com mais recursos tem que ver parte de seus filhos excluídos da condição camponesa. Assim tentaríamos dar continuidade à reflexão sobre o próprio conceito de expropriação (Palmeira, 1971, Garcia Jr., 1975, Sigaud, 1977), como expropriação das condições sociais de produção, aqui referida a expropriação de "campesinato livre".

Se a decadência de ao menos uma fração dos grandes proprietários permite o surgimento e crescimento de um campesinato livre, mas ameaçado, assim como de instituições como as feiras que lhes assegura uma circulação autônoma de sua produção, é a tentativa de retomada das grandes propriedades abandonadas ou a nova expansão de grandes propriedades que vai se chocar com esse campesinato, dando origem a lutas sociais de monta, e que está na origem do aparecimento e organização do movimento de trabalhadores rurais (Palmeira, 1974; Camargo, 1973). A hipótese a ser trabalhada aqui é qual o papel dessas lutas sociais na transformação da relação campesinato livre-*plantation*, e mesmo de trabalhadores submetidos-proprietários de *plantation*, em suma como afetam a própria dominação dos grandes proprietários sobre as várias categorias de trabalhadores. No caso de Pernambuco as lutas sociais da década de 1950 atingem primeiro um grupo particular de pequenos produtores (os *foreiros*) e só posteriormente atingem os demais trabalhadores, com a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Palmeira, 1974, Camargo, 1973), mas pode-se afirmar que elas envolvem todos os grupos sociais de trabalhadores sem exclusão. Evidência disto é o pagamento de salário mínimo aos trabalhadores, de repouso semanal remunerado, das férias, etc., enfim daquilo localmente designado por *direitos* (Sigaud, 1971). No caso da Paraíba, essas lutas atingem apenas a um determinado tipo de pequenos produtores (rendeiros, meeiros, foreiros), limitando os conflitos a possibilidades de manter ou não o controle de terras plantadas (*sítios* e *roçados*) ou de indenização quando o grupo doméstico tem que abandonar a propriedade. Confirma-se assim a forma como eclodem

as lutas analisadas no caso pernambucano. Contudo a segunda etapa, onde o movimento atinge os trabalhadores submetidos a *plantation*, e permite quebrar as antigas condições de dominação, se mostra inexistente. Nem acabou a *sujeição*, nem os *direitos* são pagos. Esse fato pode servir de hipótese explicativa não só de fenômenos observados ao nível da produção camponesa (Garcia Jr., 1978) como da reprodução da exclusão dos moradores das feiras até os dias atuais (Garcia, 1977 b). Já em Alagoas a legislação civil e trabalhista é aplicada como em Pernambuco, os *direitos* são pagos, embora as lutas sociais terem sido bem menos intensas naquele Estado. Cabe-nos perguntar, para posterior exame, se esse fato tem a ver com a concorrência, entre *usineiros* e *senhores de engenho* de Alagoas com seus homólogos de Pernambuco por mão de obra, ou com o tipo de campesinato ali existente. Cabe também examinar qual a influência específica das articulações políticas com outros grupos sociais e da conjuntura política estadual, o que poderia singularizar o caso pernambucano (Camargo, 1973). Note-se que a partir dessas lutas sociais e dos *direitos* modificações são introduzidas pelos grandes proprietários que visam impossibilitar que se reproduzam fenômenos análogos, e esse é o caso da expansão do gado com capim plantado (Garcia Jr., 1975), antagônica à reprodução dos moradores e mesmo dos pequenos produtores vizinhos. Fato a ser analisado é este tipo de resposta dos grandes proprietários realmente atuará sem limites, ou se a constituição de grandes contingentes de trabalhadores fora de seu domínio direto, como no passado, não tenderá a reproduzir disputas por terras sob seu controle.

O exame da autonomização/subordinação do campesinato, contudo, pode ser especificado através da análise concreta da vida de grupos de trabalhadores determinados, e pensamos dar seqüência à análise da economia dos pequenos produtores como via de pesquisa, em suma privilegiando a observação das condições materiais de existência dos grupos domésticos de pequenos produtores. Enfatizou-se aqui que a autonomização se manifesta tanto ao nível do processo de trabalho como na esfera de circulação dos produtos, em dois planos distintos. Cada um desses planos impõe mediações próprias ao nível de pesquisa, não se reduzindo um ao outro, já que o acesso a pequenos produtores não permite compreender a feira em seu conjunto, nem através da feira se tem necessariamente acesso a todas as categorias de trabalhadores (como ilustra o caso paraibano). Nas feiras se buscará analisar a sua estrutura interna, particularmente a divisão sexual das tarefas aí desempenhadas, a composição por classes de produto e sua relação com o consumo das

várias categorias de trabalhadores, a sua localização, e também a relação entre as feiras, particularmente a existência de circuito de feiras. Note-se que se o processo de autonomização desse campesinato está intimamente relacionado ao crescimento das feiras com participação de pequenos produtores, o próprio espaço onde se realiza a feira e a dominação política que sobre ele se exerce parece qualificar a própria feira (Garcia, 1977 a). Assim a análise da autonomização exige que se atente para as propriedades de localização das feiras. Se esta foi amplamente ressaltada no caso pernambucano (Correa de Andrade, 1969, Palmeira, 1971 b, Garcia, 1977 a), é curioso observar que na Paraíba as feiras que mais crescem e de maior importância são nas áreas do Agreste, em que há maior número de pequenos produtores, e Alagoas apresenta a criação e expansão de um número inusitado de "feiras de usina", o que parece referendar a hipótese de que onde o campesinato está sob maior pressão maior o domínio dos grandes proprietários também sobre a esfera da circulação e vice-versa. Hipótese evidentemente que teria que ser largamente trabalhada, dando conta das variações e apontando as devidas mediações. No que se refere a produção camponesa deverão ser analisados os produtos plantados, e suas propriedades, a utilização da criação de animais, em particular a função de reserva e acumulação que preenchem na economia do pequeno produtor, a divisão das tarefas por sexo, e a variedade de formas que assume o ciclo de vida dos grupos domésticos; vendo esses aspectos "mais internos" da economia do pequeno produtor não como uma resposta interna a um processo que se realiza fora de seus domínios, mas como respostas a determinações desse processo que são internalizadas e que possibilitam lutar contra as possibilidades vistas como adversas as condições materiais de existência do grupo doméstico de sua reprodução.

Os resultados do conjunto de pesquisas sobre as transformações da *plantation* canavieira da Zona da Mata de Pernambuco constituíram, junto com a literatura já existente sobre a área, o ponto de partida para o presente estudo.

Dando continuidade às nossas preocupações anteriores sobre o campesinato ligado à *plantation*, nos quadros do projeto "Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste", nos propusemos o estudo desses grupos em outras áreas da *plantation*, tal como os casos da Paraíba e Alagoas.

Com esse objetivo foram realizadas duas etapas de trabalho de campo na Paraíba nos períodos de julho-outubro de 1976 e fevereiro-maio de 1977, e um período de campo em Alagoas desen-

volvido nos meses de dezembro de 1977 e janeiro de 1978. Como primeiro resultado desses trabalhos foram escritos alguns artigos (Garcia, 1978 a e b), (Garcia Jr., 1978), (Heredia, 1978).

Nesses trabalhos de campo foram realizadas entrevistas segundo roteiros flexíveis com diferentes personagens sociais, sendo grande parte delas gravadas. A esse material se unem dados de observação direta que foram registrados nos cadernos de campo e também contamos com inúmeros dados de tipo secundário: relatórios oficiais, dados de cartório, censos de feira, estatísticas, etc. Grande parte do material reunido precisa ainda ser elaborado, inclusive ainda devem ser desgravadas as fitas de entrevistas, tarefas estas que nos propomos como de necessidade imediata.

No entanto, estamos cientes de que esse material, embora bastante rico em alguns aspectos, é insuficiente em relação a outros, razão pela qual, conjuntamente à elaboração dos dados já colhidos, se coloca a necessidade de realizar novos trabalhos de campo. Estes não só complementarão e testarão os já efetuados como também nos permitirão chegar a estabelecer as comparações que aqui nos proponhamos. Nessas etapas se prevê a aplicação de questionários com a finalidade de testar informações obtidas através de entrevistas em áreas mais amplas. É nossa intenção realizar trabalhos sistemáticos em arquivos históricos e cartórios já detectados. Ao mesmo tempo, contando já com uma relação mais aprofundada com os informantes, estaríamos agora em condições de realizar registros exaustivos sobre determinados aspectos, tais como o de orçamento de tempo e recursos ao longo de um ciclo agrícola na sua totalidade, assim como acompanhar os vendedores em todas as feiras por eles percorridas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Américo de
1976 — *Memórias*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.

ALMEIDA, Horácio de
1957 — *Brejo de Areia*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação.

CAMARGO, Aspásia
1973 — *Brésil nord-est*: mouvements paysans et crise populiste, Paris, Université de Paris, mimeo. Thése de 3 éme cycle.

CORREIA DE ANDRADE, Manoel
1964 — A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense.

GALESKI, Boguslaw
1972 — *Basic concepts of rural sociology*. Manchester University Press.

GARCIA JR. Afranio Raul
1975 — *Terra de trabalho*. Rio, Museu Nacional, mimeo. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

1978 — *Salário e Campesinato*. Rio, Relatório Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômico no Nordeste. (mimeo.).

GARCIA, Marie France
1977 — *O bacurau*: Étude de cas d'un marché situé dans une usina du Nord-Est du Brésil. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo.). (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

1978a — *Negócio e campesinato*: uma estratégia de reprodução social. Rio de Janeiro, Relatório Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. (mimeo.).

1978b — *Feira e diferenciação social*, Rio de Janeiro, Relatório Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. (mimeo.).

HEREDIA, Beatriz M.A. de
1977 — *La morada de la vida*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

1978 — *Versiones de una crisis*: el caso del azúcar en el sur de Alagoas. Rio de Janeiro, Relatório Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. (mimeo.).

PALMEIRA, Moacir G.S.

1971a — *Latifundium et Capitalisme au Brésil*: lecture critique d'un débat. Université de Paris, mimeo. Thése de 3éme cycle.

1971b — *Feira e Mudança Econômica*. Simpósio de Pesquisas. Rio de Janeiro, Museu Nacional/Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, mimeo.

1976 — *Casa e trabalho*: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. Paris, Congresso Internacional dos Americanistas.

1977 — *The aftermath of peasant mobilization*: rural conflicts in the Brazilian Northeast since 1964. En: The Structure of Brazilian development. Organizado por Neuma Aguiar. Transaction Books. (a aparecer).

POLANYI, Karl

1957 — The economy as an instituded process. En: *Trade and Market in the Early Empires*. New York, Free Press.

RIEGELHAUPT & FORMAN

1970 — Bodo was never Brazilian. En: *Journal of Economic History*.

SIGAUD, Ligia Maria

1971 — A nação dos homens. Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

1977 — *Os clandestinos e os direitos*. Estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mimeo. (Dissertação de doutorado, Departamento de Ciências Sociais).

STEWARD, Julian

1959 — Perspectiva en Plantation. En: *Plantation Systems of the New World*, Washington, Pan American Union.

VELHO, Otávio Guilherme A.

1976 — Capitalismo autoritário e campesinato. Rio de Janeiro, Difel.

WOLF, Eric & MINTZ, S.

1957 — Haciendas and plantations in Middle America and the Antilles. En: *Social and Economic Studies*, vol. VI (3).

RELATÓRIO — Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas. Alagoas, 1977.